

LEI AGRÍCOLA NO PLENÁRIO DO SENADO

Após o recesso parlamentar da semana do dia 27 de maio, o Plenário do Senado retomou na segunda-feira, dia 3 de junho, o debate para aprovação da nova lei agrícola (S 954). Versões diferentes da proposta de lei foram aprovadas no mês passado nos comitês agrícolas da Câmara e do Senado.

No Senado, a proposta aprova US\$96 bilhões anuais, com reduções de gastos que totalizam US\$24 bilhões em dez anos. Na Câmara, a proposta aprova US\$94 bilhões anuais e reduz gastos em US\$39.7 bilhões em dez anos. Várias emendas à legislação já foram apresentadas, mas o Senado aprovou poucas, como o programa de seguro de safras para alfafa, por exemplo. A Casa Branca apoia a versão do Senado, que remove pagamentos diretos e estabelece programas de seguro de safra, condicionando tais subsídios às regras de padrões ambientais. A Presidente do Comitê Agrícola no Senado, Debbie Stabenow (democrata de Michigan) reiterou sua intenção de finalizar o voto em Plenário até o final da primeira semana de junho.

O Conselho Nacional do Algodão (NCC, em inglês) congratulou a liderança do Comitê Agrícola na Câmara, os Deputados Frank Lucas (republicano de Oklahoma) e Collin Peterson (democrata de Minnesota), pela aprovação da proposta no Comitê em maio. O NCC ressaltou em especial seu apoio ao Stacked Income Protection Plan (STAX), ou programa de seguro de safra, assim como pagamentos diretos transitórios, até que este programa seja totalmente implementado. "Isto fornece aos produtores garantia e base para uma resolução final do antigo caso com o Brasil na OMC," afirmou o NCC. Além disso, o NCC apoia provisões para assistência de fabricantes têxteis norte-americanos, provisões para créditos à comercialização, e a prorrogação do programa de acesso ao mercado, entre outros assuntos.

O Deputado Lucas (sobrenome?), após reunir-se com líderes da Câmara, anunciou que trará a proposta a voto em Plenário em meado de junho e completará o debate da lei agrícola em Plenário até o dia 4 de julho.

Nesta Edição

Audiência sobre Acordo de Comércio entre EUA-UE	Pág. 02
Pressão para a Renovação do Sistema Geral de Preferências	Pág. 02
Negociações sobre Autoridade de Promoção Comercial	Pág. 03
Congresso Avalia Comércio e Serviços	Pág. 03
Relatórios do Serviço de Pesquisas do Congresso	Pág. 04
Visitas Presidenciais Brasil-EUA	Pág. 04
Parceria Transpacífica (TPP) Próximos Passos	Pág. 05
Candidatos para o Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA	Pág. 06
FSMA: Regulamento final referente à importação de alimentos	Pág. 06



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

Audiência sobre o Acordo EUA-UE

No dia 16 de maio de 2013, o Subcomitê de Comércio da Câmara dos Deputados realizou audiência sobre as negociações de um possível acordo de comércio e investimentos entre os Estados Unidos e a União Europeia, também conhecido como TTIP. A audiência teve como objetivo discutir os benefícios, assim como as possíveis dificuldades, da expansão do comércio entre os Estados Unidos e União Europeia. Dentre os assuntos mais importantes, discutiu-se:

- 1) Barreiras tarifárias ao comércio;
- 2) Barreiras regulamentares, incluindo as barreiras sanitárias e fitossanitárias para as exportações agrícolas norte-americanas;
- 3) Oportunidades para a cooperação e coerência regulamentar;
- 4) Barreiras aos serviços e investimentos; e
- 5) Formas de reforçar a cooperação entre os Estados Unidos e a União Europeia referente às questões de países terceiros.

O Deputado Devin Nunes, republicano da Califórnia e presidente do Subcomitê, destacou a importância da relação econômica entre os Estados Unidos e União Europeia, que inclui 50% do PIB mundial e gera milhões de empregos nos Estados Unidos. Na mesma linha de pensamento, o Deputado Charles B. Rangel, democrata de Nova Iorque e vice-presidente do Subcomitê, afirmou que qualquer redução das barreiras ao comércio exterior tem o potencial de fortalecer a economia norte-americana. Atualmente, um terço de todas as tarifas sobre as exportações dos Estados Unidos são pagas à União Europeia. O TTIP eliminaria essas tarifas.

Pressão para a renovação do Sistema Geral de Preferências

O SGP é um programa que reduz para zero a tarifa de importação para determinados produtos procedentes de países em desenvolvimento, condicionado ao cumprimento de requisitos pré-determinados.

A pressão para a renovação do SGP por parte do setor privado norte-americano e das coalisões e alianças que representam os países beneficiários aumenta a cada dia. De acordo com a Coalisão para a Renovação do SGP, a expiração do programa prevista para o dia 31 de julho deste ano é particularmente preocupante. Caso o Congresso não renove o programa antes do recesso, que tem início no dia 2 de agosto, os importadores enfrentarão tarifas por um período mínimo de seis semanas, com custo estimado em US\$ 2 milhões por dia. Ou seja, a não renovação do SGP até o dia 2 de agosto deste ano custará às empresas norte-americanas pelo menos US\$75 milhões em novos impostos.

Os países beneficiários do SGP sofreram impactos negativos sobre as suas exportações quando o programa expirou em 2011 e permaneceu inválido por dez meses, antes de ser renovado com efeito retroativo. Os produtores estrangeiros foram os mais afetados, dentre os quais a grande maioria era de empresas de pequeno porte. Os importadores norte-americanos e empresas de manufaturados que dependem de insumos importados com isenção de impostos, no âmbito do programa SGP, também foram impactados negativamente pela interrupção do programa. Mesmo com o reembolso retroativo dos direitos após a eventual renovação do programa, muitas empresas não estavam equipadas para solicitar o reembolso e sofreram danos permanentes. Desta forma, as

coalizões e defensores do programa continuam a solicitar que o Congresso renove o programa com urgência e por um período mais extenso. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), aproximadamente 13% das exportações brasileiras para os Estados Unidos são realizadas dentro do programa SGP e algumas subsidiárias norte-americanas sediadas no Brasil estão entre aqueles que se beneficiam do programa.

No entanto, as chances são pequenas de que o programa seja renovado antes do dia 31 de julho. O SGP, que precisa de um veículo legislativo, como o pacote de propostas conhecido como Omnibus Trade Bill, não deverá ser renovado até dezembro deste ano. A Câmara dos Deputados expressou receios quanto às emendas propostas pelo Senado, o que poderá dificultar o processo legislativo. Desse modo, as empresas brasileiras deverão se preparar para a expiração do SGP em julho e uma possível renovação do programa em dezembro, quando expira o Trade Adjustment Assistance (TAA).

Negociações sobre autoridade de promoção comercial

As negociações no congresso sobre a autoridade de promoção comercial, também conhecida em inglês como Trade Promotion Authority (TPA), poderão ser postergadas devido a questões controversas como direitos trabalhistas, proteção ambiental e proteção aos produtos farmacêuticos. Assessores do Comitê de Ways and Means na Câmara e do Comitê de Finanças no Senado estão trabalhando com a possibilidade de um pacote legislativo que abrangerá a TPA, o mecanismo de compensação aos trabalhadores deslocados pelo comércio (Trade Adjustment Assistance - TAA), e a renovação do Sistema Geral de Preferências, que expira em 31 de julho deste ano. O Presidente do Comitê de Finanças, Senador Max Baucus, anunciou que gostaria de finalizar as negociações até junho. No entanto, devido às diferenças de posicionamento na liderança do Congresso, é improvável que o assunto seja resolvido antes do recesso parlamentar em agosto. Fontes do congresso informam que o Vice Presidente do Comitê de Finanças, Senador Orrin Hatch, favorece propostas mais amenas com relação a questões trabalhistas e ambientais, e deseja maior enfoque na proteção à propriedade intelectual. Já o Deputado Sander Levin, Vice Presidente do Comitê de Ways and Means, tem advogado um pacote legislativo mais ambicioso que abrangeria o desequilíbrio comercial global, mas esta posição não tem sido acatada pela liderança dos comitês de jurisdição de comércio.

É possível que o assunto do TPA seja discutido durante a audiência de confirmação de Michael Froman no Senado, nomeado ao cargo de Representante Comercial dos Estados Unidos. A audiência está prevista para o dia 6 de junho deste ano.

Congresso avalia comércio e serviços

No mês de maio o Senado e a Câmara dos Deputados realizaram audiências e discussões sobre a reautorização aduaneira e comércio em serviços. No dia 22, os líderes do Comitê de Finanças, os Senadores Baucus e Hatch, realizaram uma audiência pública para avaliar a proposta de lei (S 662), intitulada "Trade Facilitation and Trade Enforcement Reauthorization Act of 2013," apresentada em março deste ano. O projeto, entre outros assuntos, autoriza orçamentos para a alfândega e o serviço de imigração e estabelece a facilitação de negócios como prioridade. A proposta também cria mecanismos para evitar a evasão de taxas antidumping e salvaguardas, facilita o comércio através da melhoria de programas da alfândega norte-americana, como o operador econômico autorizado, e melhora a interação com o setor privado; isto é para que importadores norte-americanos e outros envolvidos

no comércio tenham maior participação na formulação da política comercial. A proposta também garante que a alfândega complete e implante sistemas de tecnologia da informação, como o ambiente comercial automatizado que promove a facilitação do comércio. Além de outras medidas, a proposta também combate as violações de regras de propriedade intelectual.

Relatórios do serviço de pesquisas do Congresso

- A Relação Brasil-EUA

Durante o mês de fevereiro, o CRS publicou uma análise da relação atual entre o Brasil e os EUA e do papel do Brasil como líder regional e global. O relato aborda as situações políticas e econômicas no Brasil além de discutir as questões de comércio, incluindo a cooperação nas questões de energia, a disputa sobre os subsídios do algodão e os direitos de propriedade intelectual.

Para maiores informações, acesse o [link](#).

- Mudanças no Ártico

Esta pesquisa examina as implicações das alterações climáticas no Ártico. O trabalho discute a possibilidade de um maior número de rotas de transporte marítimo; os recursos de petróleo e gás na região; a poluição causada pelo petróleo; e assuntos referentes a segurança e a posse de terra.

- Iniciativas Regionais sobre os Gases de Efeito Estufa

O CRS disponibilizou um relatório que apresenta e discute os resultados da Iniciativa Regional sobre Gases de Efeito Estufa, o primeiro programa deste tipo nos EUA, que contou com a participação de nove estados da região nordeste do país. Apesar de ter efeitos mínimos nas emissões das usinas de energia, o programa tem criado uma fonte nova de receitas estatais junto com outros benefícios socioeconômicos.

- Biocombustíveis de Base Agrícola: Visão Geral e Questões Emergentes

Este relatório, disponibilizado recentemente, destaca as preocupações referentes ao desenvolvimento, o nível de apoio federal e as várias limitações do setor de biocombustíveis nos EUA. O relatório fornece um breve histórico e discute a importância deste setor e as ações relacionadas pendentes no congresso, como a Lei Agrícola.

Visitas presidenciais Brasil-EUA

Durante sua visita ao Brasil, na última semana de maio, o vice-presidente Joe Biden reiterou o compromisso do presidente Obama com a relação bilateral EUA-Brasil. Após encontrar-se com a presidente Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer, Biden declarou que os fortes laços comerciais e a cooperação nas áreas de educação, ciência, entre outros, inauguram uma nova era nas relações entre os dois países. Biden anunciou que os Estados Unidos estão prontos para um relacionamento mais profundo e mais amplo com o Brasil em questões militares e educacionais, assim como em questões de comércio e investimento. Durante sua visita de três dias, Biden também elogiou os esforços do Brasil nas áreas de desenvolvimento e democracia. No entanto, Biden pediu que o Brasil abra mais a sua economia para o comércio internacional e seja mais enfático em sua defesa pela democracia e pelos valores de livre mercado.

No dia 29 de maio, o Secretário de Imprensa da Casa Branca anunciou oficialmente que o presidente e a primeira-dama receberão a presidente Dilma Rousseff para uma visita oficial de Estado, no dia 23 de outubro deste ano. De acordo com a declaração do secretário, a visita da presidente Dilma Rousseff permitirá que os dois líderes

continuem a desenvolver e reforçar a parceria estratégica entre os Estados Unidos e o Brasil. Durante a visita, os dois líderes deverão destacar a importância de ampliar o diálogo e a cooperação entre os dois países em um número de questões bilaterais, regionais e globais, bem como aprofundar os laços culturais e de amizade.

Parceria Transpacífica (TPP) Próximos passos

A 17ª rodada de negociações sobre a Parceria Transpacífica (TPP) foi realizada entre os dias 15 e 24 de maio em Lima, Peru.

Na conclusão do encontro, o negociador-chefe do Peru, Edgar Vasquez, anunciou que o Japão poderá participar de uma parte da próxima rodada de negociações - programada para ocorrer entre os dias 15 e 25 de julho na Malásia – mas apenas após a conclusão bem sucedida dos processos internos de aprovação de cada um dos atuais países membros.

Nos Estados Unidos, o período de consulta de 90 dias entre a administração Obama e o Congresso norte-americano sobre a entrada do Japão termina no dia 23 de julho. Durante este período, o Japão não poderá participar oficialmente das negociações, ou ter acesso a qualquer texto oficial referente a TPP.

No que diz respeito aos resultados da 17ª rodada, Vasquez disse que os países realizaram “progressos significativos” em capítulos como: medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), obstáculos técnicos ao comércio, e-commerce, comércio transfronteiriço de serviços, e questões legais e institucionais. Ele disse ainda que outros grupos de trabalho também tiveram discussões construtivas, tanto formais como informais, e que mais progresso é esperado através do trabalho a ser desenvolvido até o próximo encontro.

De acordo com Vasquez, os países membros da TPP reconhecem que entre as questões mais desafiadoras a serem discutidas permanecem: propriedade intelectual (PI), meio-ambiente, e competitividade. Além disso, são necessárias maiores discussões acerca do acesso ao mercado de bens, serviços, investimentos e compras governamentais. De acordo com uma fonte, não haverá reuniões sobre PI antes da rodada de Julho.

Para maiores informações, acesse o seguinte link: <http://www.ustr.gov/tpp>

Audiências públicas sobre o comércio com a União Europeia

Nos dias 29 e 30 de maio, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), em parceria com o Comitê de Política Comercial de Inter-Agências, presidiu uma audiência pública sobre os objetivos de negociação dos Estados Unidos para a proposta de um acordo de comércio transatlântico e parceria de investimento (TTIP) com a União Europeia (UE). De acordo com o USTR, o TTIP aumentaria as relações comerciais dos Estados Unidos com a UE, e construiria uma parceria econômica mais forte que beneficiaria empresas de todos os tamanhos com oportunidades de emprego e de crescimento em ambos os lados do Atlântico. Mais de sessenta pessoas participaram na audiência sobre o TTIP, representando um amplo espectro de partes interessadas, incluindo fabricantes, grupos de agricultores, prestadores de serviços, sindicatos, grupos de consumidores, organizações ambientais, e os governos estaduais.

O USTR e outros órgãos estão envolvidos em um processo de consulta de 90 dias sobre a proposta do acordo TTIP. O USTR realizou várias reuniões com membros do Congresso e, através de solicitação publicada no Diário Oficial norte-americano, recebeu mais de 360 propostas referentes ao TTIP. O USTR receberá comentários adicionais durante todo o processo de negociação.

Os Estados Unidos e a União Europeia representam quase metade do PIB mundial e 30% do comércio global. Os Estados Unidos e a UE procuram negociar um acordo que eliminaria as tarifas e reduziria as barreiras não-tarifárias que aumentam os custos do comércio transatlântico. Os dois lados também procurarão abordar os desafios emergentes para o comércio global.

Candidatos para o Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA

Em notificação publicada no Diário Oficial norte-americano no dia 29 de maio, a Administração de Comércio Internacional dos Estados Unidos (ITA, em inglês) solicitou a nomeação de até 12 candidatos para participação no Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA. Este fórum, composto por membros dos setores público e privado, reúne os líderes das respectivas comunidades de negócios para discussão de questões de interesse mútuo, particularmente sobre maneiras de fortalecer os laços econômicos e comerciais entre os dois países.

Os pedidos de adesão deverão ser entregues até o dia 28 de junho. Os candidatos deverão ser (ou ter um nível comparável de responsabilidade a) diretores executivos ou presidentes de uma empresa norte-americana que seja estabelecida ou mantenha sua sede principal nos Estados Unidos e possua relações comerciais nos Estados Unidos e no Brasil. Os candidatos deverão ser cidadãos americanos ou legalmente autorizados a trabalhar nos Estados Unidos.

FSMA: Regulamento final referente à importação de alimentos

A Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA, em inglês) institui novos sistemas de fiscalização preventiva da cadeia produtiva de alimentos.

No dia 30 de maio deste ano, a Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (FDA, em inglês) publicou o regulamento final referente à importação de alimentos, em consonância com a Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA, em inglês). De acordo com o regulamento, os indivíduos e empresas que importam alimentos aos Estados Unidos, incluindo alimentos para animais, estão obrigados a listar os países que recusaram a entrada dos alimentos importados por razões de segurança alimentar. O não cumprimento desta exigência poderá resultar na recusa de entrada dos alimentos nos Estados Unidos.

Ademais, a Lei do Bioterrorismo de 2002 (BTA, em inglês) estabeleceu a exigência do envio de certas informações sobre alimentos importados à FDA antes de sua chegada aos Estados Unidos. O regulamento final provisório, publicado em maio de 2011, alterou os regulamentos de implementação do BTA, a fim de adicionar a exigência de que os avisos prévios devem incluir informações de recusas anteriores. O objetivo dessa exigência é facilitar a identificação de alimentos que possam representar riscos de segurança aos consumidores norte-americanos.

No dia 13 de maio, o comissário-adjunto da FDA para alimentos e medicina veterinária, Michael R. Taylor, enviou um relatório ao Congresso, no qual identifica programas, práticas e recursos necessários para promover a segurança do abastecimento de alimentos nos Estados Unidos. Em declaração publicada no site da FDA, Taylor enfatizou que a implementação da Lei de Modernização da Segurança Alimentar necessita de financiamento adicional. De acordo com Taylor, serão necessários novos investimentos para que a agência possa fornecer orientação e assistência técnica à indústria e treinamento para os fiscais estaduais e federais; modernizar e fortalecer o programa de inspeção em todo o país; implementar um novo sistema de fiscalização de importações que garanta a segurança dos alimentos

importados; e, criar condições de concorrência equitativas para a indústria de alimentos dos Estados Unidos.

O Escritório de Orçamento do Congresso estima que os primeiros cinco anos de implementação da FSMA exigiria um aumento de US\$ 583 milhões em relação ao orçamento de 2010 para a FDA. Nos anos fiscais de 2011 e 2012, o Congresso aumentou o orçamento da FDA em US\$ 100 milhões. A agência estima que precisará de um adicional de US\$ 400-450 milhões em relação ao orçamento de 2012 para que a implementação da FSMA seja bem sucedida. Taylor acredita que a aprovação da proposta orçamentária para 2014 pelo presidente Obama contribuirá significativamente para o sucesso da implementação da FSMA.

O relatório pode ser acessado através deste [link](#).